

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA

Pedro Pereira¹

Pós-Graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University

Dafiana do Socorro Soares Vicente-Carlos²

Pós-Graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University

RESUMO

Este artigo explora a integração da Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a perspectiva freireana, destacando a importância de uma abordagem crítica e contextualizada. Baseado nas obras de Paulo Freire, como *Pedagogia do Oprimido* (1987) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), o estudo defende que a educação financeira deve ultrapassar a mera transmissão de técnicas, promovendo conscientização sobre desigualdades estruturais e empoderamento econômico. A metodologia qualitativa, fundamentada em temas geradores como endividamento e acesso ao crédito, revela como a dialogicidade e a problematização podem transformar o conhecimento em ferramenta de libertação. Conclui-se que a Educação Financeira crítica na EJA, ao articular teoria e prática, fortalece a autonomia e a participação cidadã, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação Financeira. EJA. Paulo Freire. Conscientização. Desigualdade Econômica.

1 INTRODUÇÃO

Integrar a educação no contexto da educação Popular pode ser uma abordagem poderosa para tornar o ensino de Matemática mais relevante e motivador para os(as) estudantes, especialmente aqueles(as) que vivem em comunidades marcadas por

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University. Mestre em Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba (2018), com Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande (2007) e especialista em Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Paraíba (2010). E-mail: Pedroedu80@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9524-2903>

² Doutora em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB (2019); Mestre (2015) em Ciências das Religiões pelo Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da UFPB; Especialista em Educação de Jovens e Adultos (2012) e Licenciada em Pedagogia (2011), com área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos, pela mesma universidade. Atualmente é professora orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University. E-mail: dafianacarlosprofa@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5455-651X>.

desigualdades sociais, econômicas e culturais. Neste artigo, exploraremos como os princípios de Freire podem ser aplicados ao ensino da educação financeira, analisando algumas das obras que nos legou com sua sabedoria.

Baseando-se nos princípios explicitados por Freire em suas obras, podemos demonstrar que, em todo o contexto da Educação Financeira, os elementos de dialogicidade, contextualização, problematização e conscientização das realidades dos(as) estudantes estão presentes em todo o processo de ensino-aprendizagem. Como fundamenta Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987), "[...] o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo [...]" (p. 88), princípio que se manifesta quando educadores e educandos analisam conjuntamente realidades econômicas e problematizam conceitos como endividamento e consumo consciente.

A integração da educação financeira no contexto freireano não se limita ao ensino de números e fórmulas, mas se consolida na promoção de uma educação emancipatória que capacita os(as) educandos(as) a tomarem decisões financeiras conscientes e críticas. Esta perspectiva encontra respaldo em *Educação como Prática da Liberdade* (2009), onde Freire enfatiza que "[...] a educação só tem sentido quando parte das situações existenciais dos educandos [...]" (p. 47), justificando a abordagem contextualizada que considera as condições materiais e culturais dos estudantes.

Por meio de uma abordagem contextualizada, dialógica e problematizadora, os(as) educadores(as) podem tornar a aprendizagem mais significativa e transformadora. A *Pedagogia da Autonomia* (1996) reforça esta posição ao defender que "[...] ensinar exige criticidade [...]" (p. 25), princípio essencial para uma Educação Financeira que ultrapasse a técnica e promova a análise das estruturas econômicas. Como alerta Freire em *Extensão ou Comunicação?*, "[...] o saber bancário nada mais faz do que alienar [...]" (Freire, 1968, p. 63), crítica direta aos modelos tradicionais de educação financeira.

Esta articulação teórico-prática contribui para a formação de cidadãos(ãs) mais conscientes e atuantes em suas comunidades, consolidando a Educação Financeira como instrumento de libertação e transformação social, nos moldes propostos pela pedagogia freireana. A abordagem problematizadora e libertadora fundamentada nestes princípios

possibilita aos educandos não apenas compreender conceitos financeiros, mas principalmente desenvolver uma postura crítica frente às relações econômicas que permeiam sua realidade social.

Dentro deste contexto, analisaremos algumas das obras mais importantes de Freire para a educação, destacando como a Educação Financeira pode ser associada a cada uma dessas valiosas contribuições. As obras que serão estudadas para este capítulo incluem: Educação como Prática da Liberdade (2009), Pedagogia do Oprimido (1987), Pedagogia da Autonomia (1996).

A Educação Financeira, segundo a perspectiva Freireana, não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos sobre finanças pessoais, mas busca promover uma compreensão crítica das estruturas econômicas e sociais que influenciam a vida dos indivíduos, e nesse sentido, a Educação Financeira se torna um instrumento de conscientização e empoderamento, permitindo que os indivíduos reflitam sobre sua condição econômica e social a fim de adquirir as ferramentas necessárias para transformar sua realidade, com o objetivo de proporcionar uma formação de cidadãos(ãs) críticos(as) e conscientes, capazes de agir de maneira responsável e ética em suas decisões financeiras, e assim inserir o contexto tão firmemente defendido por Freire, onde ele afirma que "[...] A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo [...]" (Freire, 2000).

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA ANÁLISE

Esta pesquisa assume uma abordagem qualitativa, crítica e participativa, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire (1987, 1996), que compreende o processo educativo como um caminho dialógico de conscientização, autonomia e transformação social. A investigação se insere no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando a Educação Financeira a uma perspectiva emancipatória que considera as dimensões históricas, sociais, culturais e econômicas dos sujeitos envolvidos.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, alinhada aos pressupostos teóricos de Lüdke e André (1986), para quem a pesquisa em educação requer a análise sistemática de documentos como fonte privilegiada de compreensão dos



fenômenos pedagógicos. Como eixo central da investigação, serão analisadas as obras Paulo Freire, a saber: ‘Educação como prática da liberdade (2009)’, ‘Pedagogia da autonomia (1996)’, ‘Pedagogia do oprimido (1987)’ e ‘Por uma pedagogia da pergunta (2000)’, que oferecem os pilares conceituais para uma compreensão crítica da educação popular.

Tal opção metodológica justifica-se pela necessidade de mapear criticamente as produções acadêmicas que articulam ‘Educação de Jovens e Adultos (EJA)’ e ‘Educação Financeira no contexto brasileiro’, permitindo identificar as bases conceituais que fundamentam essa interface. Essa dualidade entre a teoria freireana e fontes documentais (como a BNCC e a ENEF), possibilita compreender as dimensões teóricas em torno da Educação Financeira na EJA. As obras de Freire servirão como lente analítica para examinar criticamente como os conceitos de *conscientização*, *dialogicidade*, *práxis*, *transitividade crítica* e *otimismo crítico*, articulados com as teorias de autores como Amartya Sen (1999), Pierre Bourdieu (2001), Silvia Federici (2021), Angela Davis (2020), Jessé Souza (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2000), além de diretrizes da OCDE (2012), da ENEF (2022) e da BNCC (2018), podem fundamentar uma abordagem emancipatória da educação financeira na educação popular. Essa articulação permite uma análise interseccional, que considera os impactos do neoliberalismo, do racismo estrutural, do patriarcado e das desigualdades regionais no acesso ao conhecimento e aos recursos financeiros.

A análise se orienta a partir dos temas geradores extraídos da vivência dos sujeitos da EJA, como consumo, endividamento, informalidade, desigualdade de gênero, acesso ao crédito, digitalização da economia, entre outros. Esses temas ganham visibilidade e são reforçados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a EJA e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs-EJA), que destacam a importância de os materiais pedagógicos partirem da realidade do (as) estudantes, incluindo temas sociais e econômicos contemporâneos e promovendo a leitura crítica do mundo. Do mesmo modo, o PNLD-EJA (2021), estabeleceu diretrizes claras para a elaboração dos livros didáticos, exigindo que estas obras partissem de situações reais vivenciadas pelos estudantes, como finanças pessoais, mundo do trabalho e exclusão digital, prevendo a inclusão de temas

contemporâneos essenciais para a formação crítica dos educandos, como conteúdos de Matemática Financeira (abordando orçamento doméstico, juros e endividamento nos livros de Matemática), questões sobre Desigualdades (discutindo gênero no trabalho informal e acesso a serviços bancários nas obras de Ciências Humanas) e reflexões sobre Tecnologia (tratando de inclusão digital e impactos da digitalização na economia nos materiais de Linguagens e Tecnologia), promovendo uma reflexão coletiva sobre a relação entre educação, economia e justiça social.

Essa metodologia propõe não apenas compreender a realidade, mas contribuir para sua transformação. Ao integrar os princípios da Educação Popular com as práticas pedagógicas da Educação Financeira, busca-se fomentar a autonomia, o empoderamento e a cidadania financeira dos sujeitos historicamente excluídos, tornando a educação um instrumento de luta e emancipação social.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Ao buscar despertar nos(as) educandos(as) a consciência de que suas escolhas financeiras têm impactos não só em suas vidas, mas também na comunidade e na sociedade como um todo, mostra que a Educação Financeira contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde todos(as) têm a oportunidade de alcançar a prosperidade econômica e o bem-estar social.

Paulo Freire (2009, 1968) fundamentava seu pensamento pedagógico na premissa de que a educação deve ser significativa e dialógica, partindo do universo experiencial dos(as) estudantes. Nessa perspectiva, a Educação Financeira crítica na EJA não pode reduzir-se a fórmulas abstratas, mas precisa emergir das vivências econômicas concretas dos estudantes. Isso implica trabalhar temas como consumo consciente, planejamento financeiro, poupança, investimentos e acesso ao crédito enquanto fenômenos sociais profundamente enraizados na realidade de trabalhadores informais, beneficiários de programas sociais e populações periféricas - sujeitos reais da EJA.

Integrar a Educação Financeira ao contexto Freireano é promover uma educação que liberta e transforma, preparando os sujeitos para enfrentar os desafios econômicos com autonomia, criticidade e responsabilidade social, proporcionando uma educação que



vai além do aprendizado técnico, englobando a conscientização e a ação transformadora, essencial para o desenvolvimento integral do ser humano e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Freire (2009, 1968) desenvolve o conceito de conscientização como um processo dialético de compreensão crítica da realidade socioeconômica, no qual os educandos ultrapassam a visão ingênua do mundo para alcançar uma postura intervencionista. Esse processo, fundamental em sua pedagogia libertadora, permite desvelar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades, transformando a educação em ato político (Freire, 1968). O diálogo freireano, elemento central nessa construção, rompe com a relação vertical do ensino bancário, estabelecendo uma troca horizontal de saberes entre educador(a) e aluno(a) (Freire, 2009). Nessa perspectiva, a Educação Financeira crítica na EJA assume essas mesmas premissas: ao trabalhar conceitos como gestão de recursos, acesso ao crédito e relações de consumo, não se limita à transmissão técnica, mas problematiza as condições materiais de existência, transformando o conhecimento financeiro em instrumento de emancipação. Como afirma Freire (1996, p. 96), "[...] não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]", princípio que deve orientar a abordagem das finanças pessoais como prática social e não como mera habilidade individual.

Paulo Freire (2009, 1968) concebe o(a) educador(a) como mediador(a) dialógico(a) do processo educativo, cujo papel não se resume à transmissão vertical de conhecimentos, mas à criação de condições pedagógicas para a problematização crítica da realidade. Em sua perspectiva, a educação assume caráter transformador quando os(as) educandos(as), através de processos reflexivos e ações concretas, se reconhecem como sujeitos históricos capazes de intervir em suas condições existenciais (Freire, 1968). Essa concepção de educação libertadora - que visa à formação de agentes transformadores comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa - sintetiza influências do existencialismo cristão, da dialética marxista e da teologia da libertação, constituindo uma pedagogia radical que ultrapassa os muros escolares. Seu legado teórico-prático continua a inspirar movimentos educacionais críticos em escala global, reafirmando a educação como prática de liberdade e instrumento de emancipação coletiva.

Ao desenvolver o conceito de "otimismo crítico" (Freire, 2009, p. 102) como uma postura pedagógica que conjuga a análise rigorosa das contradições sociais com a esperança ativa na transformação democrática, superando tanto o fatalismo quanto o idealismo ingênuo. Esse conceito - central em sua pedagogia - descreve o processo de humanização como uma trajetória que vai da "intransitividade da consciência" (caracterizada pela passividade e limitação compreensiva) para a "transitividade crítica" (que implica responsabilidade social e engajamento político), passando pela fase intermediária da "transitividade ingênua". Na perspectiva freireana, essa evolução consciente exige uma educação corajosa capaz de desvelar os privilégios elitistas e fomentar uma verdadeira democratização inclusiva. Quando aplicado à Educação Financeira crítica, o otimismo crítico freireano se manifesta na recusa de abordagens individualistas, propondo em seu lugar uma reflexão coletiva sobre as estruturas de desigualdade econômica, os mecanismos sistêmicos de exclusão financeira e as possibilidades concretas de democratização do acesso a recursos e oportunidades. Dessa forma, transcende-se a mera gestão individual do dinheiro para alcançar uma compreensão política das relações econômicas, mantendo simultaneamente a capacidade de imaginar e construir alternativas mais justas.

A humanização do indivíduo por meio da educação, segundo Freire (1987), exige um ensino corajoso, que incentive a autonomia e o pensamento crítico. No contexto da Educação Financeira, isso significa ir além da simples transmissão de conhecimentos sobre orçamento e investimentos, promovendo um aprendizado que permita aos cidadãos entenderem como o sistema financeiro influencia suas vidas e como podem agir para transformá-lo, mostrando que quando a Educação Financeira é fundamentada nesse princípio, ela capacitará os indivíduos a administrar melhor seus recursos, como também a questionar e modificar as estruturas que perpetuam as desigualdades econômicas.

A transição da intransitividade da consciência para a transitividade crítica, descrita por Freire (2009), pode ser observada no desenvolvimento da autonomia financeira e da consciência econômica dos indivíduos. Como afirma Freire: 'Na intransitividade, a consciência está imersa na própria realidade, à qual não pode transcender. Daí que não pode objetivá-la, nem, por isso mesmo, agir sobre ela' (Freire,



2009, p. 81). No estágio de intransitividade da consciência, as pessoas não percebem as relações de poder e as estruturas que afetam suas condições financeiras, aceitando passivamente a realidade econômica imposta, já no estágio da transitividade ingênua ocorre quando começam a interagir com esse mundo, mas ainda de forma limitada, muitas vezes sem compreender plenamente os fatores estruturais que influenciam sua situação financeira, sendo necessária a evolução para o estágio da transitividade crítica, que representa um nível mais avançado de compreensão, no qual os indivíduos passam a questionar e desafiar o sistema, buscando alternativas mais justas e sustentáveis para si e para a sociedade.

Dessa forma, ao integrar o otimismo crítico à Educação Financeira, promove-se um ensino que melhora a relação do indivíduo com o dinheiro e que possibilita uma compreensão mais ampla do sistema econômico e de seu impacto na sociedade, incentivando a responsabilidade social, política e a busca por transformações estruturais que reduzam as desigualdades. Sem essa transição para uma consciência crítica, surge uma transitividade fanática, marcada pela massificação e desumanização, tão presentes atualmente na atual conjuntura política de direita no Brasil, onde podemos citar o exemplo da ala política conservadora da extrema direita.

O processo de transição brasileira enfrentou obstáculos estruturais na superação da consciência ingênua rumo à criticidade, conforme analisado por Freire (2009). As elites dominantes, através do sectarismo e da manutenção de privilégios históricos, atuaram como forças contrárias ao processo de humanização plena, criando barreiras à formação de uma consciência crítica coletiva. A reflexão freireana revela-se particularmente atual ao diagnosticar as dinâmicas sociais e educacionais do Brasil, expondo como os mecanismos de dominação perpetuam desigualdades e limitam o desenvolvimento democrático. Neste contexto, Freire (2009, p. 92) alerta que "[...] o sectarismo é sempre castrador, pelo fanatismo de que se nutre [...]", destacando como essa postura impede o diálogo necessário para a transformação social. Sua análise aponta para a urgência de uma educação verdadeiramente libertadora, capaz de romper com os paradigmas elitistas e promover uma democratização substantiva - desafio que se mantém premente no atual cenário político-ideológico brasileiro, marcado por profundas



assimetrias e lutas por hegemonia cultural.

Neste sentido, a Educação Financeira crítica, inspirada em Freire (1987), supera a abordagem bancária ao transformar o conhecimento econômico em ferramenta de libertação. Mais que ensinar técnicas financeiras promove uma reflexão dialógica sobre as desigualdades do sistema, capacitando indivíduos e comunidades para reduzir vulnerabilidades e intervir conscientemente na realidade econômica. Como destacou Freire (2009), esse processo é essencial para conciliar desenvolvimento econômico com democracia, combatendo a opressão das classes menos favorecidas. Ao dialogar com a pedagogia freiriana, a Educação Financeira crítica provoca a capacitação dos indivíduos a gerir seus recursos de forma mais eficaz, promovendo uma consciência social e política que os leva a questionar e transformar a realidade econômica e estrutural que perpetua a desigualdade; trazendo em si a verdadeira democratização do conhecimento financeiro, se tornando uma estratégia essencial para construir uma sociedade mais justa e equitativa. A urgência por uma reforma educacional radical que transcenda a mera alfabetização encontra sólido fundamento na obra freireana. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987), Freire afirma, categoricamente: "[...] A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora [...]" (Freire, 1987, p. 47). Essa concepção dialógica da educação como prática libertadora é desenvolvida em *Educação como Prática da Liberdade* (2009), onde Freire defende que "o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo" (Freire, 2009, p.88), constituindo-se como fundamento para a construção da consciência crítica.

A crítica freireana à educação técnica e acrítica aparece claramente em *Pedagogia da Autonomia* (1996): "[...] Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]" (Freire, 1996, p. 25). Essa visão se opõe radicalmente aos modelos educacionais que reduzem a formação à mera capacitação técnica, defendendo em seu lugar uma educação que, nas palavras de Freire em *Extensão ou Comunicação?* (1968), "[...] não pode ser um que-fazer neutro, a serviço da dominação, mas sim da libertação [...]" (Freire, 1969, p. 15).

Observa-se que a atualidade do pensamento freireano se revela especialmente

pertinente no contexto das transformações tecnológicas contemporâneas. Como alerta Freire em *Pedagogia da Indignação* (2000): "[...] O mundo não é, está sendo. E como tal, pode ser mudado [...]" (Freire, 2000, p. 67), reafirmando o papel da educação como instrumento de humanização e transformação social. Essa perspectiva emancipatória é essencial para formar cidadãos capazes de, como propõe Freire em *Ação Cultural para a Liberdade* (1976), "[...] ler o mundo para transformá-lo [...]" (Freire, 1976, p. 34), tornando-se verdadeiros autores de suas histórias e da sociedade.

Freire (1996) defende que a educação deve promover não só a alfabetização, mas a conscientização política, transformando os oprimidos em sujeitos ativos de sua libertação. Para o autor, a verdadeira mudança social exige diálogo e reflexão crítica sobre as estruturas opressoras - "[...] a pedagogia do oprimido é aquela que deve ser feita com ele, não para ele [...]" (Freire, 1987, p. 48). Na *Educação Financeira*, essa perspectiva revela como a vulnerabilidade econômica é produto de desigualdades estruturais, não apenas de escolhas individuais, exigindo uma abordagem que vá além da alfabetização financeira e consciência crítica das injustiças sociais. O autor ainda argumenta que a verdadeira generosidade não está na caridade, mas na luta pela transformação das condições injustas que criam e mantêm a pobreza e a exclusão; e isso se aplica à *Educação Financeira*, porque, muitas vezes, programas financeiros tradicionais se concentram apenas em ensinar habilidades individuais de gestão de dinheiro, sem questionar as desigualdades sistêmicas que fazem com que grandes parcelas da população tenham pouco ou nenhum acesso a recursos financeiros.

Freire (1987) alerta que a verdadeira libertação exige que os oprimidos superem o medo da liberdade e reconheçam criticamente sua condição, transformando-se em sujeitos ativos de sua emancipação. Essa pedagogia libertadora rejeita o assistencialismo, exigindo uma práxis autêntica que vá além da reflexão e ação (Freire, 1987, p. 36). Na *Educação Financeira* crítica, esse princípio revela-se crucial: abordagens tecnicistas, ao impor modelos da classe dominante, podem reforçar a dependência econômica, enquanto uma perspectiva emancipadora deve desvelar as desigualdades estruturais e empoderar os oprimidos para transformarem sua realidade financeira.

A educação transformadora deve partir da crença no povo e do diálogo com sua

realidade concreta. Na Educação Financeira, essa perspectiva crítica rejeita abordagens normativas que reduzem a pobreza a meras escolhas individuais, revelando em vez disso as estruturas econômicas opressoras. Como afirma em *Pedagogia do Oprimido* (1987, p.58): "[...] Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão". Essa visão exige que educadores(as) da EJA superem posturas salvadoras, criando espaços dialógicos onde os educandos possam compreender criticamente seu lugar no sistema econômico e organizar-se coletivamente por justiça social. A verdadeira Educação Financeira emancipadora não impõe soluções, mas promove a reflexão-ação sobre as condições materiais, transformando o conhecimento em ferramenta de libertação.

A educação autêntica, na perspectiva freireana, deve promover a conscientização libertadora através da co-criação dialógica de conhecimento entre educadores e educandos. Como afirma Freire (1987, p.79): "[...] Ninguém educa ninguém, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo [...]". Essa abordagem problematizadora se opõe radicalmente à educação bancária e mecânica, revelando como muitas vezes os oprimidos, na ânsia por ação, acabam reproduzindo relações de dominação ao se submeterem a lideranças populistas, falsa consciência que apenas mascara a opressão. As elites, por sua vez, respondem à insurgência popular com repressão velada, mantendo uma pseudo paz social que beneficia os privilegiados. Neste contexto, a educação libertadora emerge como antídoto, superando a lógica dominadora através do diálogo crítico. Como destaca Freire (1987, p.67): "[...] A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios [...]". Trata-se de um processo coletivo onde todos(as) se tornam investigadores(as) críticos(as) da realidade, transformando o ato educativo em práxis transformadora.

A dialogicidade na educação, conforme Freire, coloca a palavra - síntese de ação e reflexão - como eixo transformador da realidade. Em *Pedagogia do Oprimido* (1987, p.91), ele afirma: "[...] O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo [...]". Essa relação educativa exige amorosidade, humildade e fé nos sujeitos, criando condições para uma comunicação horizontal que supere a dominação.



Na Educação Financeira crítica, esse princípio se materializa na escolha de "temas geradores" que emergem das contradições vivenciadas pela comunidade, constituindo um "universo temático" a ser decodificado coletivamente.

O processo investigativo desses temas deve articular criticamente a experiência concreta com a análise teórica, promovendo o que Freire chamava de "[...] ato epistemológico [...]" (movimento dialético entre prática e teoria). Como destaca em *Extensão ou Comunicação?* (1969, p.44): "[...] Não há conhecimento pronto e acabado, mas conhecimento em permanente construção [...]". Essa abordagem provoca a curiosidade epistemológica, permitindo aos educandos superarem visões fragmentadas da realidade financeira para intervir nela de forma consciente.

Na Educação Financeira, a ação antidialógica se manifesta em práticas que perpetuam a exclusão econômica e a alienação financeira das classes populares; onde através da conquista, o sistema econômico impõe valores e comportamentos consumistas que afastam os indivíduos do pensamento crítico sobre suas finanças, levando-os a internalizar práticas financeiras prejudiciais, como o endividamento excessivo e a dependência de crédito sem planejamento, os transformando em um "hospedeiro" da cultura opressora do consumo, dificultando a adoção de práticas financeiras autônomas e sustentáveis.

A divisão, por sua vez, ocorre ao reforçar desigualdades sociais e econômicas, dificultando o acesso à informação financeira de qualidade para as classes menos favorecidas, onde a falta de conhecimento sobre investimentos, planejamento e direitos econômicos impede a unificação das classes populares em busca de maior equidade financeira, e dessa forma, a Educação Financeira tradicional, muitas vezes limitada a conceitos técnicos, ignora as estruturas sistêmicas que perpetua a exclusão econômica.

A manipulação das massas e/ou dos indivíduos se expressa por meio de discursos midiáticos e publicitários que promovem o consumo como sinônimo de sucesso e felicidade, induzindo as massas a um comportamento financeiro conforme os interesses do sistema econômico vigente, observando que bancos, grandes corporações e instituições financeiras utilizam essa estratégia para manter as classes populares presas a ciclos de consumo e endividamento, impedindo a construção de autonomia financeira e a



contestação do modelo econômico vigente.

A Educação Financeira crítica, baseada na pedagogia de Freire (1987), busca romper com essa lógica antidialógica ao tentar promover a consciência financeira como ferramenta de emancipação social, se contrapondo a abordagem tradicional, que muitas vezes apenas ensina a lidar com o sistema sem questioná-lo, numa perspectiva dialógica que incentiva a análise das estruturas econômicas opressoras e o desenvolvimento de práticas financeiras libertadoras.

Do exposto, considerando que a Educação Financeira na EJA deve adotar uma abordagem freireana que parta da realidade concreta dos educandos - em sua maioria trabalhadores informais (72% - IBGE, 2023), Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996, p.43) enfatiza que "[...] Ensinar exige consciência do inacabado [...]", onde o processo educativo precisa converter conceitos abstratos em ferramentas para enfrentar desafios cotidianos, como: planejamento orçamentário com renda instável, análise crítica dos juros no crédito informal, ou cálculo do custo-benefício do transporte público - como demonstra o projeto "Finanças no Cotidiano" (SEMEC-JP, 2022).

Essa formação deve incorporar uma leitura crítica das desigualdades estruturais. Ao discutir como raça e gênero determinam acesso a recursos, mulheres negras, que gerem 70% dos orçamentos familiares (IPEA, 2023), enfrentam maiores barreiras ao crédito, transforma-se a educação financeira em instrumento de conscientização. Atividades como análise comparativa do custo de vida, debate sobre disparidades salariais e feminização da pobreza materializam o princípio freireano de que "[...] Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]" (Freire, 1996, p. 32).

A construção de uma educação financeira significativa para a EJA demanda o reconhecimento das particularidades desse público: sua dupla jornada de trabalho e estudo, suas experiências de vida e os desafios concretos na administração doméstica. Essa contextualização é fundamental para transformar o conhecimento financeiro em instrumento de emancipação. Como propõe Freire (1996), tal abordagem deve promover a conscientização crítica, permitindo que os educandos compreendam sua realidade econômica - analisando receitas, despesas e possibilidades de poupança - e assumam progressivamente o controle de suas finanças. Dessa forma, a educação financeira

ultrapassa a dimensão técnica, tornando-se um espaço de construção de autonomia e empoderamento, onde os sujeitos se reconhecem como agentes transformadores de sua própria história.

Por fim, as obras analisadas de Freire estabelecem uma profunda conexão entre educação, autonomia e emancipação, defendendo uma prática pedagógica dialógica e conscientizadora. Nesta perspectiva, educadores(as) e alunos(as) tornam-se sujeitos ativos na construção coletiva do conhecimento, em uma relação horizontal que valoriza as experiências e saberes de todos(as) os(as) participantes. O autor enfatiza que a verdadeira educação forma indivíduos autônomos, capazes não apenas de analisar criticamente sua realidade, mas de transformá-la através de ações conscientes, criando assim um ambiente genuinamente colaborativo de aprendizagem.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a Educação Financeira crítica na EJA, fundamentada na pedagogia freireana, representa um potente instrumento de transformação social ao articular conhecimento técnico e conscientização política. Ao adotar uma abordagem problematizadora que parte das realidades econômicas dos sujeitos da EJA - trabalhadores informais, mulheres chefes de família e populações periféricas - esta perspectiva rompe com modelos bancários de ensino, promovendo uma leitura crítica das estruturas de desigualdade e exclusão financeira. A análise revela que temas geradores como endividamento, acesso ao crédito e feminização da pobreza podem servir de base para uma práxis educativa emancipatória.

Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que integrem a Educação Financeira à EJA de forma contextualizada, superando visões tecnicistas e incorporando dimensões como raça, gênero e classe social. A pesquisa evidencia que apenas uma educação que combine alfabetização financeira com análise das estruturas opressoras pode efetivamente empoderar os sujeitos para transformar sua realidade econômica. Como propõe Freire, esse processo exige educadores comprometidos com a dialogicidade e a construção coletiva do conhecimento, capazes de mediar a transição da intransitividade para a consciência crítica. O estudo reforça assim o papel central da EJA na construção de uma cidadania financeira ativa e na promoção da justiça econômica.

ABSTRACT

This article examines the integration of Financial Education into Youth and Adult Education (EJA) through Freire's perspective, emphasizing a critical and contextualized approach. Drawing on Paulo Freire's works, such as *Pedagogy of the Oppressed* (1987) and *Pedagogy of Autonomy* (1996), the study argues that financial education must go beyond technical instruction, fostering awareness of structural inequalities and economic empowerment. The qualitative methodology, based on generative themes like debt and credit access, demonstrates how dialogue and problem-posing can transform knowledge into a tool for liberation. The conclusion highlights that critical Financial Education in EJA, by linking theory and practice, strengthens autonomy and civic participation, contributing to a fairer society.

Keywords: Financial Education. EJA. Paulo Freire. Critical Consciousness. Economic Inequality.

REFERÊNCIAS

- BNCC. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD: Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA 2021*. Brasília: MEC/FNDE, 2021.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação Financeira. *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/educacaofinanceira>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. *Relatório de Atividades da ENEF*. Brasília: Comitê Nacional de Educação Financeira, 2022.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.



Acesso em: 28 jun. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Promoting financial education: trends, policy and practice*. Paris: OECD Publishing, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEMEC. Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa. *Projeto Finanças no Cotidiano*. João Pessoa, 2022.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.